

Esta informação encontra-se publicada no sítio da Anacom na Internet em

<http://www.anacom.pt/template15.jsp?categoryId=77690>



PLANO DE ACTIVIDADES

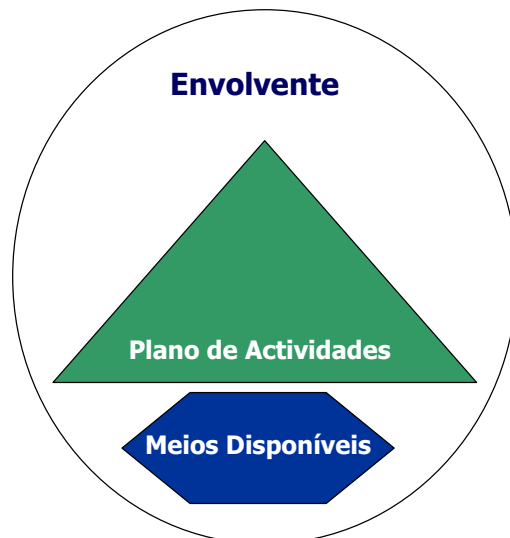
ICP-ANACOM

2004-2006



ÍNDICE

<i>INTRODUÇÃO</i>	3
<i>CAPÍTULO I - ENVOLVENTE DA ACTIVIDADE DO ICP-ANACOM</i>	5
A MISSÃO DO ICP-ANACOM	5
ENQUADRAMENTO	7
❖ OPÇÕES E ORIENTAÇÕES DO GOVERNO.....	8
❖ OPÇÕES E ORIENTAÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA.....	9
❖ ENQUADRAMENTO ECONÓMICO NACIONAL E GLOBAL.....	11
❖ ENQUADRAMENTO DO SECTOR DAS COMUNICAÇÕES.....	15
<i>CAPÍTULO II - PLANO DE ACTIVIDADES DO ICP-ANACOM 2004-2006</i>	26
OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	26
❖ DESENVOLVIMENTO DE MERCADOS ABERTOS.....	27
❖ PROTECÇÃO DOS UTENTES / CONSUMIDORES.....	28
❖ PROMOÇÃO DA CONCORRÊNCIA.....	30
ÁREAS DE INTERVENÇÃO	31
PROGRAMAS DE ACÇÃO	33
<i>CAPÍTULO III – MEIOS DISPONÍVEIS PARA 2004-2006</i>	53
PLANO DE PESSOAL	53
PLANO DE INVESTIMENTO	55
PLANO FINANCEIRO	57



INTRODUÇÃO

No plano de actividades do ICP-ANACOM para 2004-2006, que se apresenta a seguir, são formuladas as áreas prioritárias de actuação que, enquadradas pela missão do ICP-ANACOM, irão reger a actividade desta Autoridade no triénio que se encontra prestes a iniciar.

Este documento é composto por três capítulos, que correspondem aos três patamares que integram o processo de elaboração do plano.

Assim, no **capítulo I** explicita-se, de forma breve, qual foi a envolvente que foi tida em conta neste processo de planeamento.

Ao delinear as áreas prioritárias de actuação do ICP-ANACOM foram, em primeiro lugar, observados os princípios da garantia, defesa e promoção dos direitos de todos os utilizadores e consumidores do sector das comunicações e dos cidadãos em geral, e procurou-se o seu enquadramento em linhas estratégicas orientadas pelo desenvolvimento equilibrado e sustentado do sector e da economia nacional.

O processo de planeamento foi também, necessariamente, condicionado por factores externos. No momento presente, o planeamento da actuação de todos os órgãos reguladores e de todos os agentes dos mercados deste sector, na área da União Europeia, é regido de forma sincronizada pelas medidas conducentes à plena realização dos mercados internos das comunicações electrónicas e dos serviços postais. Além destas medidas, o processo de planeamento teve em consideração o enquadramento económico global e a evolução tecnológica do sector.

Por último, foi tida em conta a necessidade de assegurar a continuidade e consistência da actuação do ICP-ANACOM, factor de importância acrescida no ambiente de mudança que se atravessa no sector, nomeadamente no que se refere ao respectivo enquadramento legislativo e regulamentar, tendo-se

procurado assegurar que, neste período, o funcionamento do quadro regulatório será transparente, previsível e estável.

No **capítulo II** encontra-se o Plano de Actividades. Na sequência do enquadramento feito no capítulo anterior, descrevem-se aqui as grandes áreas de actuação definidas pela entidade reguladora para o triénio 2004-2006, bem como os macro objectivos. No âmbito destas áreas de actuação foram definidos os programas de acção para a sua concretização, bem como os princípios associados à sua implementação. Cada um dos programas de acção é, por sua vez, decomposto, para facilidade de execução e de controle de realização, em acções concretas.

Finalmente, no **capítulo III**, apresentam-se os recursos que irão ser utilizados na realização do plano proposto e que se materializam no Plano de Pessoal, no Plano de Meios e no Plano Financeiro do ICP-ANACOM.

CAPÍTULO I - ENVOLVENTE DA ACTIVIDADE DO ICP-ANACOM



A MISSÃO DO ICP-ANACOM

O estabelecimento dos Planos de Actividades do ICP-ANACOM são, em primeiro lugar, condicionados pela missão desta Autoridade, que se pode resumir como:

Aumentar a escolha de serviços disponíveis para os consumidores, oferecidos pelos operadores, redes de comunicações electrónicas e serviço postal, proporcionando a redução dos respectivos preços.

Esta missão consubstancia-se em três vectores de actuação interdependentes, que, tal como se encontram consignados nos estatutos do ICP-ANACOM¹, são:

- a **regulação do mercado** por forma a garantir o acesso dos operadores de comunicações às redes, em condições de transparência e igualdade; promover a competitividade e o desenvolvimento nos mercados das comunicações, nomeadamente no contexto da convergência das telecomunicações, dos meios de comunicação social e das tecnologias da informação; atribuir os títulos de exercício da actividade postal e de telecomunicações; assegurar a gestão do espectro radioelétrico, garantindo a coordenação entre as comunicações civis, militares e paramilitares, e a gestão da numeração no sector das comunicações.

- a **supervisão do mercado** por forma a velar pela aplicação e fiscalização das leis, regulamentos e requisitos técnicos aplicáveis no âmbito das suas atribuições, bem como o cumprimento, por parte dos operadores de comunicações, das disposições dos respectivos títulos de exercício de actividade ou contratos de concessão; garantir a existência e disponibilidade de um serviço universal de comunicações, assegurando o cumprimento das obrigações correspondentes; velar pela correcta utilização dos recursos espectrais e de numeração atribuídos; proteger os interesses dos consumidores, especialmente os utentes do serviço universal, em coordenação com as entidades competentes, promovendo designadamente o esclarecimento dos consumidores.

¹ Decreto-Lei nº 309/2001, de 7/12

- a **representação do sector das comunicações** por forma a assegurar a representação técnica do Estado Português nos organismos internacionais congéneres, acompanhar a actividade das entidades reguladoras afins e as experiências estrangeiras de regulação das comunicações e estabelecer relações com outras entidades reguladoras; colaborar com outras entidades públicas e privadas na promoção da investigação científica aplicada às telecomunicações e na divulgação nacional e internacional do sector; promover a normalização técnica, em colaboração com outras organizações, no sector das comunicações e áreas relacionadas; colaborar na definição das políticas de planeamento civil de emergência do sector das comunicações, apoiando tecnicamente os organismos e serviços responsáveis pelo estabelecimento e gestão da rede integrada de comunicações de emergência; assegurar a realização de estudos nas áreas das comunicações postais e de telecomunicações, bem como a execução de projectos no âmbito da promoção do desenvolvimento do acesso à sociedade de informação e do conhecimento.

ENQUADRAMENTO

A missão do ICP-ANACOM e o enquadramento estatutário que lhe é subjacente são factores estáveis ao longo dos sucessivos planos de actividade, garantindo a independência, a continuidade e consistência da actuação. Além deste, existem factores externos à Autoridade que têm necessariamente que ser tidos em conta, nomeadamente:

- ❖ as opções e orientações do Governo;
- ❖ as opções e orientações da União Europeia;
- ❖ o enquadramento económico nacional e global;

- ❖ o enquadramento do sector das comunicações.

Relativamente ao triénio 2004-2006, considerou-se o seguinte:

- ❖ OPÇÕES E ORIENTAÇÕES DO GOVERNO

1. *Telecomunicações*

Dos princípios orientadores da política de telecomunicações² fixados pelo Governo nas Grandes Opções do Plano, destaca-se como objectivo fundamental, a promoção da produtividade, através da promoção da concorrência, num quadro de regulação que permita superar as insuficiências do mercado.

O ICP-ANACOM deverá assegurar a verificação dos níveis de desenvolvimento do mercado e de qualidade de serviço, sendo a total independência da Autoridade Reguladora condição imprescindível para a credibilização das decisões do governo e consequente imagem junto dos utentes/consumidores, investidores e empresas do sector.

O ICP-ANACOM deverá actuar no sentido da prevenção de práticas predatórias, conducentes à manutenção de situações dominantes por parte de operadores já instalados.

A generalização da banda larga para todos, a preços acessíveis é um objectivo prioritário.

Para o desenvolvimento do mercado deverá ser reforçada a regulação, através de um ambiente mais competitivo, garantindo aos

² No documento das GOP 2003, a expressão utilizada é ainda telecomunicações

consumidores informação útil que lhes permita efectivas possibilidades de escolha de utilização dos serviços, qualidade e preços.

No âmbito da gestão de recursos escassos, dever-se-á garantir uma gestão eficiente, designadamente do espectro radioeléctrico, da numeração e da portabilidade.

2. *Serviços Postais*

O principal objectivo consiste em assegurar a prestação de serviços postais com qualidade, a preços acessíveis para todos os utilizadores.

Para isso o Governo pretende assegurar um processo gradual e controlado de liberalização dos serviços postais na sequência da adopção pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, da Directiva 2002/39/CE, que revê a Directiva Postal 97/67/CE, a qual foi transposta para a legislação nacional através do Decreto-Lei nº116/2003, de 12 de Junho, e visa uma maior abertura à concorrência dos serviços postais na Comunidade, devendo ser assegurada a sua correcta aplicação.

❖ OPÇÕES E ORIENTAÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA

1. *Comunicações Electrónicas*

- Promover a concorrência na oferta de redes e serviços de comunicações electrónicas e de recursos e serviços conexos;
- Contribuir para o desenvolvimento do mercado interno a nível da União Europeia;

- Defender os interesses dos cidadãos e garantir a existência de um serviço universal.

Deverá ser garantida a transposição para a legislação nacional e a subsequente implementação, das novas Directivas do Parlamento Europeu e do Conselho, relativas ao regime aplicável às redes e serviços de comunicações electrónicas e aos recursos e serviços conexos: Directiva 2002/21/CE (directiva-quadro); Directiva 2002/19/CE (directiva de acesso); Directiva 2002/20/CE (directiva autorização); Directiva 2002/22/CE (directiva serviço universal); Directiva 2002/58/CE (directiva relativa à privacidade e às comunicações electrónicas) e a Decisão 2002/676/CE (decisão espectro de radiofrequências).

2. Serviços Postais

- Assegurar um processo gradual e controlado da liberalização dos serviços postais, visando a abertura à concorrência dos segmentos de mercado ainda reservados, de acordo com a revisão da Directiva Postal, transposta para a legislação nacional, através do Decreto-Lei nº.116/2003, de 12 de Junho;
- Assegurar a satisfação das necessidades de serviços postais das populações e das entidades públicas e privadas dos diversos sectores de actividade;
- Assegurar a prestação de serviços postais com qualidade, a preços acessíveis para todos os utilizadores.

❖ ENQUADRAMENTO ECONÓMICO NACIONAL E GLOBAL

A evolução recente e as perspectivas para o futuro próximo dos indicadores do estado da economia portuguesa reflectem, naturalmente, a conjuntura internacional, mas também o processo de ajustamento que Portugal tem vindo a atravessar.

Em termos da conjuntura internacional, na transição para o ano de 2002, os indicadores reflectiam os efeitos de um ciclo de desaceleração iniciado em meados de 2000, que resultou de uma conjunção de factores, de entre os quais se sublinham o forte aumento do preço do petróleo em 1999/2000 e a crise no sector das tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Este ciclo, ampliado pelas crescentes interdependências comerciais e financeiras entre países, generalizou-se de forma rápida e sincronizada, no decurso de 2001, a todas as áreas económicas. Entre Setembro desse mesmo ano, data dos ataques terroristas nos Estados Unidos da América, e o momento presente, factores relativos à situação geopolítica internacional (nomeadamente a questão do Iraque, a situação israelo-palestiniana, a tensão crescente causada pela potencial ameaça nuclear constituída pela Coreia do Norte e pelo Paquistão e o agravamento do clima de segurança resultante de novos ataques terroristas) têm vindo a afectar, desfavoravelmente, as expectativas de retoma do crescimento da economia mundial, cujo traço mais marcante tem sido o elevado grau de incerteza de quaisquer previsões ou expectativas e, conseqüentemente, o baixo nível dos indicadores de confiança dos agentes económicos, factores determinantes do seu comportamento.

A expectativa de que haveria, ao longo do ano de 2002, uma dinâmica crescente de recuperação não se confirmou. Se, no início daquele ano, os indicadores de actividade económica registavam algum vigor no ritmo de

recuperação, este perdeu dinamismo ao longo do mesmo ano. Em termos médios, assistiu-se a alguma retoma da actividade económica, embora com taxas de crescimento baixas e no primeiro semestre de 2003 os sinais de recuperação da conjuntura internacional mantiveram-se fracos. Embora se registre alguma retoma no enquadramento externo da economia portuguesa, nomeadamente no que se refere aos seus principais parceiros comerciais, os sinais positivos ainda são pouco evidentes.

A economia Portuguesa sofreu, em 2002, os efeitos de ajustamentos internos que foram coincidentes com o ciclo de desaceleração da economia mundial, acentuando as suas repercussões negativas.

De facto, após um período de forte crescimento alimentado pela procura interna, entre 1995 e 2000, em que a taxa média anual de crescimento real da economia foi de cerca de 4,0 por cento, tornaram-se evidentes alguns desequilíbrios, nomeadamente um défice externo, em percentagem do PIB, significativo, um crescimento, acima da média da área do euro, do rácio de endividamento face ao rendimento no sector privado, e uma deterioração gradual do saldo orçamental, que levou a um défice excessivo em 2001. A correcção desta situação obrigou à tomada de medidas substanciais, cuja implementação ampliou os efeitos da situação global desfavorável.

Assim, em Portugal, o ano de 2002 ficou marcado por dois traços salientes: o crescimento económico fraco e o importante aumento da taxa de desemprego. A taxa de crescimento média do PIB, depois de ter baixado de 3.7 por cento para 1.6 por cento entre 2000 e 2001, situou-se, em 2002 em apenas 0.4 por cento, ficando abaixo da média da área do euro pela primeira vez desde 1994.

O investimento decresceu (-5.4 por cento), quer em construção quer em equipamento, e a procura interna estagnou (a variação anual em 2002 foi

-0.5 por cento). O comportamento do consumo privado, que apenas cresceu 0.4 por cento, reflectiu o aumento da taxa de desemprego (ficou em 5.1 por cento da população activa, 1.0 p.p. acima da taxa do ano anterior), os fracos aumentos nos rendimentos dos trabalhadores e, também, o historicamente baixo nível de confiança dos agentes económicos.

A taxa média de inflação situou-se em 3.7 por cento, abaixo dos 4.2 por cento verificados em 2001, mas superior à taxa média da área do euro. A taxa de inflação portuguesa reflectiu principalmente pressões pelo lado dos custos e é importante referir que, no segundo semestre do ano, houve um aumento nos preços induzido pelo aumento de dois pontos percentuais na taxa normal do IVA.

Apesar de ter havido uma desaceleração significativa em relação aos períodos anteriores, os níveis de endividamento do sector privado cresceram. No sector financeiro, o rácio do crédito bancário sobre o PIB manteve-se muito acima da média da área do euro e a expansão do crédito ultrapassou o crescimento dos principais depósitos, obrigando as instituições bancárias a procurarem financiamento, em larga escala, no exterior. Os encargos resultantes destas dívidas, assim como a impossibilidade de os agentes económicos voltarem a obter créditos ao ritmo verificado nos anos anteriores, produzirá efeitos nas despesas de consumo e de investimento dos próximos períodos, limitando os recursos disponíveis.

Prevê-se que o processo de ajustamento da economia Portuguesa, já referido, continue a condicionar a evolução da procura interna em 2003 e em 2004, com efeito máximo em 2003, ano em que se projecta uma taxa de variação negativa do PIB. Em 2004 projecta-se um crescimento moderado deste indicador. As projecções para a taxa de desemprego

apontam no sentido do seu crescimento em 2003 e 2004, embora sem ultrapassar a média da área do euro.

As previsões relativas à variação do consumo privado parecem indicar uma diminuição em 2003 e uma recuperação gradual em 2004. Dentro deste agregado, a componente despesa em bens de consumo duradouros, mais sensível ao ciclo económico do que os bens não duradouros, será a mais afectada, prevendo-se que 2003 seja o terceiro ano consecutivo em que se registam reduções, em termos reais, na aquisição deste tipo de bens. Em 2004 projecta-se uma recuperação marginal deste indicador.

Em termos do investimento, os indicadores da FBCF apresentam tendência de nova quebra em 2003-2004, influenciada pela evolução prevista para o investimento público. As projecções relativas à evolução do investimento privado, nomeadamente nas componentes investimento em aquisição de habitação e investimento das empresas, apontam para uma variação negativa em 2003, podendo voltar a registar-se taxas ligeiramente positivas em 2004.

Relativamente às exportações, prevê-se que a variação, em termos reais, deste agregado, se mantenha positiva, reflectindo a tendência de recuperação da procura externa e, também, os efeitos do fim de um ciclo de agravamento dos indicadores de competitividade da economia portuguesa. Em 2004, esta evolução será acentuada pela realização em Portugal do Campeonato da Europa de Futebol, nomeadamente através da componente serviços de turismo.

A evolução da taxa de crescimento das importações seguirá as tendências previstas para a procura global i.e., nova quebra em 2003 e recuperação em 2004.

As projecções para a evolução da taxa de inflação apontam no sentido de diminuição, para valores entre 2.5 e 3.5 por cento em 2003 e entre 0.7 e 2.7 por cento em 2004.

❖ ENQUADRAMENTO DO SECTOR DAS COMUNICAÇÕES

1. Telecomunicações

Em termos económicos, as telecomunicações constituem o segmento mais importante do sector das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), que abrange também as indústrias de hardware e de software e ainda outros serviços de TIC.

Em 2001, o peso do sector das TIC no PIB³ (mercados totais de TIC/PIB) dos países da OCDE era em média cerca de 8,3 por cento (bens e serviços), e as telecomunicações representavam 39 por cento do volume total de despesa desse conjunto de países no sector (USD 2,1 triliões), face a 17 por cento das indústrias de hardware e 9 por cento das indústrias de software.

De facto, as telecomunicações foram o principal suporte do crescimento do sector das TIC desde que, no final de 2000, o sub-sector das tecnologias de informação (TI) entrou em crise, fortemente correlacionada com a desaceleração da actividade económica mundial. Esta crise levou a alguma estagnação desse sub-sector e, também, das indústrias de equipamento para TI. As indústrias de software apresentaram forte dinamismo mas, só por si, insuficiente para contrabalançar a tendência negativa induzida pela crise das TI, uma

³ OECD Information Technology Outlook, 2002

vez que ainda representam menos que 10 por cento da despesa total em TIC.

Relativamente aos países da União Europeia (UE-15), as estimativas da Comissão Europeia (CE)⁴ para 2002 apontam para um crescimento do mercado de serviços de telecomunicações entre 5 e 7 por cento, muito acima da taxa média de crescimento do PIB deste mesmo conjunto de países (0,8 por cento), atingindo um valor de 236 mil milhões de euros.

Em 2001, o valor dos serviços de telecomunicações na UE-15 atingiu 225 mil milhões de euros, registando uma taxa anual média de crescimento de 9,5 por cento; nesse mesmo ano, a taxa média de crescimento do PIB do mesmo conjunto de países foi de 1,5 por cento. No período anterior, o valor dos serviços de telecomunicações cresceu cerca de 12,6 por cento, de 182 mil milhões de euros no final de 1999 para 205 mil milhões de euros no final de 2000.

Estas taxas de crescimento reflectem, para além da tendência mundial de crescimento do sector, as medidas de liberalização dos mercados de telecomunicações que foram implementadas a partir de 1998 na área da UE-15.

Em 2002, no mercado das telecomunicações fixas, todos os assinantes dos países da UE-15 tinham possibilidade de escolha do prestador do serviço, embora com diferenças importantes entre países e conforme o tipo de serviços. Os prestadores tradicionais destes serviços, anteriormente enquadrados por regras que lhes permitiam funcionar

⁴ Comissão Europeia, "Eighth Report from the Commission on the Implementation of the Telecommunications Regulatory Package", Dez. 2002

em regimes próximos do monopólio, viram-se obrigados a proceder a modificações importantes na sua estrutura e forma de actuação. Para os consumidores, estas alterações reflectiram-se, sobretudo, nos níveis de preços praticados pelos novos operadores que, relativamente aos dos operadores tradicionais baixaram, entre 1998 e 2002, em média, 50 por cento para as chamadas nacionais e 40 por cento para as chamadas internacionais. No final de 2001 e considerando os valores globais da UE-15, os operadores tradicionais ainda mantinham cerca de 89 por cento do mercado (medido em termos de receitas) de chamadas locais, mas já só 73,5 por cento do mercado de chamadas de longa distância e 67,8 por cento do mercado de chamadas internacionais.

O segmento das telecomunicações móveis, em termos de receitas, cresceu 32 por cento em 2000, e 20 por cento em 2001. A sua taxa média de penetração, calculada com base no número total de assinantes da UE, que em 1998 era 18 por cento (69 milhões de assinantes), atingiu, em 2000, 52 por cento (194 milhões de assinantes), subiu para 70 por cento em 2001 (265 milhões de assinantes) e estimava-se em 75 por cento no final de 2002 (284 milhões de assinantes), verificando-se, em alguns países, níveis de saturação (acima de 85 por cento em quatro casos). O ritmo de crescimento do número de assinantes destes serviços reflecte esta situação do mercado: em 2002 a taxa de média de crescimento foi apenas 6 por cento, face a 36 por cento em 2001 e 69 por cento em 2000. A tendência de evolução dos preços dos serviços de telecomunicações móveis foi também de descida: a despesa média mensal em serviços móveis de um utilizador privado diminuiu, entre 2000 e 2002, em 23 por cento, tendo-se registado os maiores níveis de redução em 2002.

A penetração da Internet, medida em termos das residências com acesso era, em Junho de 2002, de 40 por cento, face aos 36 por cento verificados em Junho de 2001.

A penetração da televisão digital em termos globais subiu para 21 por cento em 2002 (em 2001 era 18 por cento). Contudo, mantinham-se grandes disparidades entre países: cerca de 84 por cento deste mercado, em termos do número de residências com televisão digital, era representado por apenas cinco países membros (Alemanha, França, Espanha, Itália e Reino Unido).

Em Portugal, após o período de grande expansão que ocorreu entre 1998 e 2001, em que a contribuição dos serviços de telecomunicações para o PIB nacional aumentou de 4 por cento para quase 6 por cento, o mercado de serviços de telecomunicações entrou, em 2002, uma fase de reorganização e de abrandamento do crescimento, embora os principais indicadores apontem para a manutenção do nível da procura de serviços deste sector e para a existência de concorrência nos mercados.

Este arrefecimento da actividade está relacionado com o comportamento da economia mundial a partir de meados de 2000, nomeadamente com a já referida crise no sector das tecnologias de informação, mas também com factores endógenos ao sector: níveis de investimento excessivos em capacidade, elevados níveis de endividamento resultantes de estratégias de reestruturação (nomeadamente aquisições) com custos elevados e, também com os custos de transição para sistemas móveis de terceira geração (3G). A presente situação adversa nos mercados de capitais poderá levar a alguma consolidação de posições dominantes, levando à saída de operadores dos mercados de comunicações electrónicas.

No futuro próximo é expectável que em Portugal, tal como na generalidade dos países da União Europeia, se continue a assistir a um crescimento moderado do mercado e que os preços ao consumidor mantenham a tendência de descida verificada desde 1998. Para esta evolução contribuirão fortemente o reforço da digitalização, nomeadamente ao nível das redes de distribuição por cabo, a inovação tecnológica e o desenvolvimento da convergência.

A convergência e o aumento progressivo da digitalização introduziram um elemento de perturbação nas fronteiras tradicionalmente existentes entre os sectores das telecomunicações, dos meios de comunicação social e das tecnologias de informação. Operadores de telecomunicações passaram a disponibilizar serviços audiovisuais e operadores de redes de distribuição de conteúdos televisivos começaram a prestar serviços de dados e voz através das suas redes.

Globalmente, o panorama futuro do sector afigura-se positivo, prevendo-se que se venham a ultrapassar gradualmente alguns pontos de estrangulamento no processo de consolidação da concorrência no sector que ainda subsistem, comparativamente a outros países da União Europeia, nomeadamente a existência de tarifas ainda demasiado elevadas das chamadas com terminação móvel, dificuldades relacionadas com os direitos de passagem (questão que afecta sobretudo os novos operadores), os níveis ainda reduzidos de concorrência na rede local e os progressos ainda insuficientes relativamente à oferta comercial do lacete local, que comprometem a generalização do acesso rápido e barato à Internet de banda larga.

2. Serviços postais

A grande importância do sector postal pode ser avaliada pelos dados referentes ao seu peso na economia mundial, em termos de criação de riqueza e de emprego, mas deve sê-lo, também, pela sua dimensão em termos de rede de distribuição e pelo que a existência do acesso ao serviço postal universal representa para grande parte da população mundial.

Assim, de acordo com os dados da União Postal Universal (UPU) relativos à actividade dos operadores de serviço universal, em 2001 havia 660.000 estações de correios permanentes em todo o mundo, das quais quase três quartos localizadas em países em desenvolvimento. Em termos médios mundiais, o número de estações por 100.000 habitantes que, em 1990, era de 13, baixou, em 2001, para 11. No entanto, o número total de trabalhadores destes operadores, 5,2 milhões de pessoas em 2001, manteve-se estável em termos globais. O acesso a entregas postais (correio) encontrava-se garantido a quase toda a população mundial embora com diferenças significativas entre regiões.

Na União Europeia, onde o sector postal é também um dos mais importantes em termos económicos e de emprego, a implementação de alterações no enquadramento regulamentar, ao introduzir o conceito de concorrência progressiva neste sector, fomentaram o desenvolvimento de novas estratégias e práticas de gestão dos operadores de serviço universal baseadas em novos objectivos em termos empresariais.

Simultaneamente, obrigaram à alteração dos termos de referência no relacionamento destes operadores com as suas tutelas governamentais. Os operadores de serviço universal foram forçados a

rever a sua forma de estar no mercado, tornando-se mais competitivos em termos do leque de produtos oferecidos e mais exigentes em relação à qualidade dos serviços prestados. A progressiva internacionalização da economia e os processos de privatização que foram implementados obrigaram-nos a rever os seus objectivos e a racionalizar a utilização dos seus recursos, levando-os a fazer importantes investimentos em novas tecnologias e a melhorar a qualificação e gestão da sua força de trabalho.

Além da alteração no enquadramento regulamentar houve, nos últimos dez anos, outras mudanças significativas neste sector, relacionadas com factores tecnológicos, nos quais estão incluídos os processos de automação e a difusão do uso das tecnologias de informação, com a evolução da procura e com o aparecimento de novos produtos e serviços no mercado.

A automação do tratamento dos objectos postais cresceu de forma substancial e alargou-se a todas as fases que se processam após a recolha e antes da distribuição, com efeitos negativos no volume de emprego dos operadores de serviço universal. A difusão do uso destes programas de automação não é homogénea, havendo, no espaço da UE, operadores de serviço universal em que o nível de automação está quase no limite do que é possível em termos da cadeia postal, e outros operadores em que ainda não foi maximizado o uso deste tipo de equipamentos.

As tecnologias de informação passaram a ser utilizadas de forma intensiva, não só em todas as fases de tratamento dos objectos postais mas, também, em todas as áreas de gestão corrente dos operadores, desde o atendimento até à gestão financeira, passando pela gestão e localização de frotas e gestão do pessoal. No entanto, tem-se

privilegiado o uso interno das tecnologias de informação como instrumento de apoio ao trabalho e não tanto como substituto dos trabalhadores.

A procura de produtos e serviços postais também se alterou de forma significativa. Além do efeito nas necessidades e expectativas dos consumidores, que resultou da introdução da concorrência directa em algumas áreas do mercado, emergiram alternativas ao uso de serviços postais, tais como o desenvolvimento do *e-mail* e de outros serviços electrónicos.

Em resposta, além de diversificarem a sua gama de produtos postais, procurando dotá-la de elevada flexibilidade e adaptabilidade às necessidades dos clientes, os operadores de serviço universal diversificaram o tipo de serviços e actividades disponíveis nos seus postos de atendimento, procurando potenciar o conceito de *one-stop shopping*. Esta estratégia pode ter tido um impacto positivo nas vendas de produtos postais e diminuído a tendência dos clientes para procurar produtos/operadores substitutos para além de ajudar à reconversão de postos de trabalho sem haver redução dos níveis de emprego.

Em Portugal e de acordo com os termos previstos no enquadramento comunitário, tendo em vista o mercado único europeu, vai prosseguir a liberalização gradual e progressiva do mercado de serviços postais, alterando-se o âmbito dos serviços reservados, mantendo-se, ao mesmo tempo, as garantias necessárias do interesse público, através da prestação de um serviço universal em regime de concessão pelos CTT.

De facto, o novo quadro regulamentar comunitário, a vigorar de 1 de Janeiro de 2003 até 1 de Janeiro de 2009, e a transpor para o enquadramento nacional, aponta para o seguinte calendário:

- A partir de 1 de Janeiro de 2003 até ao ano 2006, liberalização das correspondências com mais de 100 gramas e preço superior a três vezes a tarifa de referência (Correio Azul no caso português);
- De 1 de Janeiro de 2006 até ao ano 2009, liberalização das correspondências com mais de 50 gramas e cujo preço seja superior a duas vezes e meia a tarifa de referência;
- Manutenção, em ambas as fases, do Correio Internacional de saída e do Direct Mail na área reservada;
- Eventual liberalização total a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Como resultado desta evolução regulamentar, é previsível um aumento da concorrência nos serviços postais que se encontram liberalizados, em especial nos serviços de transporte rápido de volumes e documentos. Será assim expectável que, nos próximos anos, o mercado continue a crescer neste segmento ao ritmo actual e acima da economia, atendendo a que a percentagem de utilização deste tipo de serviço em termos nacionais é actualmente inferior à média europeia e que a liberalização da actividade postal no espaço comunitário deverá ter reflexos em termos de maior competitividade e dinamismo na indústria nacional.

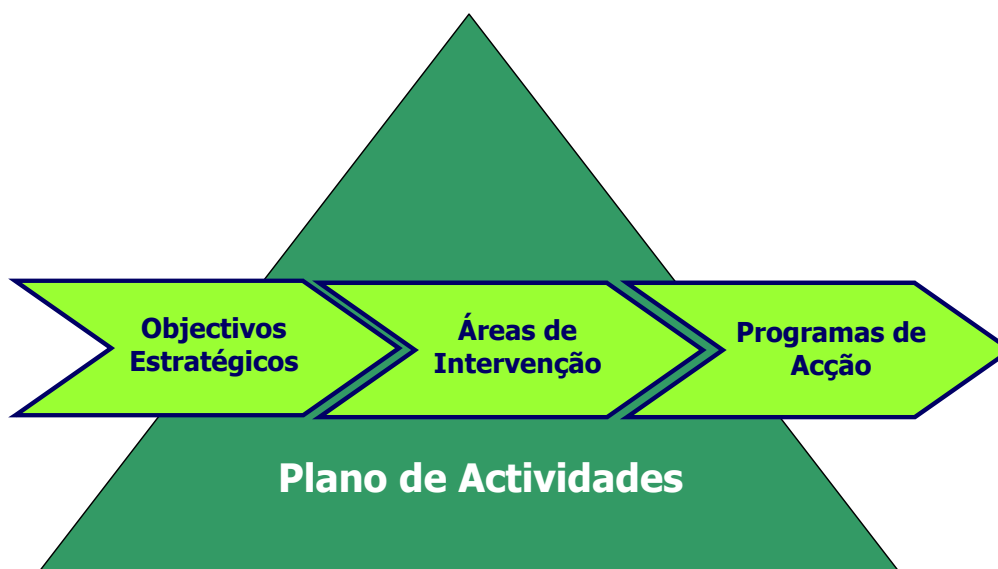
Será também de prever o estabelecimento ou reforço de alianças entre os vários prestadores que operam no nosso país, no sentido de ampliarem o seu leque de produtos a nível internacional, visando também a partilha e redução de custos associados à rede postal.

Em termos gerais, no sector postal será ainda de prever que se verifique nomeadamente o seguinte:

- Que os serviços postais continuem a ter importância significativa, como parte do mercado mais vasto das comunicações e da distribuição, pela relevância do serviço universal para muitos utilizadores, a qual decorre nomeadamente da dependência de muitas actividades (tais como, a edição, o *e-commerce*, as vendas por correspondência, os seguros, a actividade bancária e a publicidade) da infraestrutura postal.
- Que o mercado continue a crescer em termos globais, embora com alguma substituição dos serviços postais tradicionais por outros mais inovadores que extravasam os contornos do sector postal tradicional, em resultado da intensificação da concorrência de novos prestadores mas também das novas tecnologias (será de prever nomeadamente a continuação da substituição do correio tradicional pelo correio electrónico como suporte às transações e o desenvolvimento de serviços de correio expresso, encomendas, marketing directo, correio híbrido e outros serviços de valor acrescentado), havendo também uma tendência para um acréscimo da sensibilidade ao preço e à qualidade de serviço.
- Que se continuem a verificar rápidas mudanças tecnológicas, que possibilitarão aos prestadores postais a obtenção de ganhos potenciais no que se refere à eficiência e rentabilidade, bem como a oportunidade de criar novos serviços postais de valor acrescentado e produtos relacionados com o *e-commerce*. Neste contexto são de referir como exemplos recentes, resultantes da inovação tecnológica, a automatização da triagem, e um maior recurso às tecnologias de informação, a soluções e produtos à medida e a fontes externas.

- Que o emprego associado aos serviços postais continue na sua globalidade a aumentar, na medida em que se por um lado será de prever uma redução do emprego directo do prestador do serviço universal (resultante da procura de uma maior eficiência, através do aumento da automatização e do recurso à externalização), por outro lado, para além de ser previsível que os prestadores postais alternativos registem um crescimento do emprego directo, haverá também que considerar os efeitos de uma evolução positiva do emprego indirecto.

CAPÍTULO II - PLANO DE ACTIVIDADES DO ICP–ANACOM 2004-2006



OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Na esfera da envolvente que enquadra a actividade do ICP–ANACOM são identificadas os seguintes objectivos estratégicos:

- ❖ Desenvolvimento de mercados abertos

Proporcionar, no âmbito das suas atribuições, um ambiente regulatório que favoreça a inovação e a competitividade em benefício dos consumidores, em direcção às melhores práticas europeias.

- ❖ Protecção dos utentes/consumidores

Proporcionar acesso apropriado aos serviços básicos de telecomunicações a preços razoáveis.

Proporcionar a existência de informação suficiente e oportuna que permita aos consumidores escolhas fundamentadas.

❖ Promoção da concorrência

Prevenir a prática de comportamentos anti-concorrenciais e de abuso de posição dominante.

No âmbito destes objectivos são definidas as áreas de intervenção, bem como os programas de acção que concretizam a sua operacionalização.

❖ DESENVOLVIMENTO DE MERCADOS ABERTOS

O desenvolvimento de mercados abertos, instrumento fundamental para a redução de preços, melhoria da qualidade, escolha, inovação e um crescimento da penetração dos serviços será feito através de:

- imposição de obrigações de rede aberta;
- imposição de condições de harmonização e coordenação ao nível:
 - ⇒ interfaces técnicos, incluindo os procedimentos de normalização;
 - ⇒ do acesso a frequências e de gestão do espectro radioelétrico;
 - ⇒ da numeração, endereçamento e atribuição de nomes;
 - ⇒ das condições de oferta e utilização. Neste âmbito destaca-se a imposição de condições de transparência, objectividade, proporcionalidade, não-discriminação e orientação para os custos (quando aplicável) em relação, nomeadamente, a:
 - acesso aos serviços e serviços prestados;

- condições de interligação;
- princípios de tarifação e contabilização;
- qualidade de serviço;
- condições de utilização partilhada.

Na esfera das condições de oferta e utilização, a fixação de preços para a interligação e condições de acesso ao lacete local constituem um factor fundamental na determinação da estrutura e do desenvolvimento de mercados abertos.

❖ PROTECÇÃO DOS UTENTES / CONSUMIDORES

De forma a garantir a complementaridade entre os objectivos económicos e sociais da política de comunicações, deverá o ICP-ANACOM manter, onde a concorrência não se faz ainda sentir, ou onde a existência de mercados abertos não garante os objectivos de interesse público acima citados, um papel regulatório activo, nomeadamente na defesa dos direitos dos cidadãos e dos consumidores, na garantia da prestação de um serviço universal e no acesso à informação, em particular no caso de grupos sociais específicos, tais como deficientes, idosos, entre outros.

A defesa dos direitos dos utentes/ consumidores exige:

- a prestação de um serviço universal e a promoção do acesso generalizado dos cidadãos às redes e serviços, viabilizando a prossecução de objectivos sociais, assegurando um acesso universal e promovendo o fornecimento de serviços acessíveis a todos;

- a defesa da confidencialidade das comunicações e a garantia da protecção dos dados pessoais.

A defesa dos direitos dos utilizadores e consumidores materializa-se na:

- imposição de obrigações de serviço universal, ou seja, na disponibilização de determinados serviços com uma determinada qualidade, a preços acessíveis, independentemente da localização geográfica, da condição sócio-económica e das necessidades especiais de grupos de utilizadores vulneráveis, tais como idosos, deficientes ou outros com necessidades específicas;
- disponibilização de informação aos consumidores, através do desenvolvimento de mecanismos adequados;
- regulação e monitorização das actividades dos operadores com poder de mercado significativo, exercendo nomeadamente um controlo de preços, sempre que exista uma reduzida perspectiva de efectiva concorrência;
- monitorização do cumprimento da legislação sobre protecção de dados;
- assunção de um papel activo no diálogo entre operadores e consumidores, promovendo a sua adesão aos sistemas extrajudiciais de resolução de litígios, nomeadamente no que respeita à arbitragem.

❖ PROMOÇÃO DA CONCORRÊNCIA

As acções de promoção da concorrência deverão ocorrer em segmentos de mercado onde a mesma ainda não seja efectiva, ou em que seja insuficiente, devendo a análise da concorrência efectiva ter em conta os potenciais benefícios para os consumidores.

Neste âmbito, serão promovidas as seguintes acções:

- a imposição de obrigações aos operadores designados como operadores com poder de mercado significativo (PMS);
- a vigilância de abusos de posição dominante;
- a promoção da concorrência efectiva, com especial incidência no que respeita ao mercado da banda larga;
- a definição dos mercados relevantes e análise de existência de poder de mercado significativo, de acordo com a lei da concorrência;
- a adopção de medidas regulatórias, apenas em situações de poder de mercado significativo e probabilidade de abuso de posição dominante, devendo essas medidas serem apropriadas e proporcionais;
- a cessação da promoção da concorrência, nos mercados onde se constate a existência de concorrência efectiva;
- o estabelecimento de uma articulação estreita com a Autoridade da Concorrência, no que respeita à aplicação da Lei da Concorrência.

Em termos de actuação do ICP-ANACOM, merece particular referência a implementação do quadro legal do comércio electrónico, que alterará

o papel e o tipo de intervenção da entidade reguladora do sector das comunicações.

ÁREAS DE INTERVENÇÃO

1. *Comunicações Electrónicas*

- Implementar o novo quadro regulamentar nacional e proceder à harmonização de procedimentos para a sua aplicação.
- Revisão de mercados – definição de mercados relevantes e avaliação do poder de mercado significativo.
- Promover a concorrência nos mercados de banda larga – *redes e serviços* – e assegurar a sua regulação apropriada, por forma a corresponder à procura dos consumidores emergentes.
- Garantir a protecção dos consumidores em áreas do mercado onde a concorrência se encontre ainda insuficientemente estabelecida.
- Implementar o regime de autorização geral.
- Assegurar o desenvolvimento do Protocolo Internet IP v6.
- Promover o desenvolvimento das comunicações móveis de 3ª. geração e da utilização de plataformas abertas na área da televisão, como meios privilegiados para a massificação do acesso aos novos serviços e aplicações da Sociedade da Informação.
- Apoiar o desenvolvimento das matérias relacionadas com a segurança, tanto ao nível das redes como nas trocas de informação.

- Garantir uma gestão eficiente dos recursos escassos, designadamente do espectro radioelétrico, da numeração e da portabilidade.
- Garantir a todos os consumidores igualdade de acesso à informação, à utilização de serviços e infra-estruturas.
- Promover o aumento dos segmentos de mercado com concorrência efectiva e sustentada.

2. *Serviços Postais*

- Garantir a existência do serviço universal.
- Estabelecer um limite máximo para a extensão da área reservada a prestar em exclusivo pelo operador do serviço universal, visando assegurar a existência e disponibilidade de uma oferta de serviço universal.
- Garantir o estabelecimento de condições de concorrência leal fora do sector reservado.
- Assegurar aos prestadores de serviços postais igualdade de acesso ao mercado, com respeito pelas regras de defesa da concorrência.
- Garantir aos utilizadores em circunstâncias idênticas, igualdade de tratamento no acesso e uso dos serviços postais.

PROGRAMAS DE ACÇÃO

Programas de Acção e os objectivos estratégicos, disponível em:

http://www.anacom.pt/streaming/quadr_sinte.pdf?categoryId=78530&contentId=128055&field=ATTACHED_FILE

Programas de Acção, disponível em:

http://www.anacom.pt/streaming/prog_acciao.pdf?categoryId=78530&contentId=127915&field=ATTACHED_FILE

Cronograma dos Programas de Acção, disponível em:

http://www.anacom.pt/streaming/cronogr_acciao.pdf?categoryId=78530&contentId=128015&field=ATTACHED_FILE

CAPÍTULO III – MEIOS DISPONÍVEIS PARA 2004-2006

PLANO DE PESSOAL

Durante o período do Plano, pretende-se atingir os seguintes objectivos:

- ❖ Garantir a estabilização do número de efectivos;
- ❖ Recorrer à contratação a termo apenas em situações de contratação inicial ou de necessidade de substituição temporária de trabalhadores, motivada por ausências;
- ❖ Recorrer a trabalho suplementar apenas em áreas bem definidas onde não é aconselhável a utilização de outras formas de prestação de trabalho;
- ❖ Manter a contratação de serviços em “funções periféricas” (segurança, limpeza, bares, entre outros);
- ❖ Desenvolver o potencial humano elevando o índice de qualificação pessoal e profissional dos trabalhadores;
- ❖ Disponibilizar bons meios de trabalho, bem como assegurar a formação – inicial e contínua – visando o acréscimo da qualificação dos trabalhadores;
- ❖ Garantir as perspectivas de evolução dos trabalhadores, mediante o desenvolvimento da estrutura de carreiras que possibilite o acesso dos trabalhadores a níveis de qualificação superiores.

Plano de Pessoal 2004/2006

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS			
DESIGNAÇÃO	2004	2005	2006
Quadros Superiores			
Efectivos	203	203	203
Requisitados	3	3	3
Não Quadros - Efectivos	202	202	202
FORÇA DE TRABALHO (1+2)	408	408	408

Unidade: Número de Trabalhadores

EVOLUÇÃO DAS FORMAS COMPLEMENTARES DE TRABALHO			
DESIGNAÇÃO	2004	2005	2006
Trabalho Suplementar	13.994	13.994	13.994
Trabalho a Termo	14.850	14.850	14.850
TOTAL	28.844	28.844	28.844

Unidade: Horas de Trabalho

PLANO DE INVESTIMENTO

Os investimentos realizados nos últimos anos centraram-se em áreas de relevância fundamental, no sentido de acompanhar a evolução das técnicas de gestão do espectro e comunicações, modernizando quer a componente técnica, ao nível dos equipamentos básicos de radiocomunicações, quer a componente de suporte, ao nível dos sistemas de informação, com o objectivo de criar as condições adequadas e essenciais às actividades de regulação do sector das comunicações atribuídas ao ICP-ANACOM.

Os programas de investimento perspectivados para o período do Plano visam dar continuidade às linhas de orientação delineadas no Plano anterior, envolvendo projectos de grande importância estratégica para o ICP-ANACOM, nomeadamente a modernização e o reapetrechamento dos centros de fiscalização e a reformulação dos programas informáticos que suportam o sistema de gestão do espectro.

Os programas de investimento que constam do Plano, ventilados por áreas de intervenção, são os seguintes:

Plano de Investimento 2004/2006

PROGRAMAS	OBJECTIVOS	2004	2005	2006
INFRA-ESTRUTURAS	Assegurar a construção de instalação para os serviços técnicos e administrativos do ICP-ANACOM.	19.500.000	2.816.200	
	Melhoria e conservação de edifícios e instalações propriedade do ICP-ANACOM.	144.100	165.900	151.500
ACTUALIZAÇÃO E DE MODERNIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS RADIOELÉCTRICOS	Assegurar a actualização tecnológica dos equipamentos básicos radioeléctricos destinados à monitorização do espectro radioeléctrico.	1.969.200	1.933.100	1.813.100
INFORMÁTICA	Modernização e actualização das tecnologias de informação do ICP-ANACOM e automatização dos processos de trabalho.	2.059.000	2.147.000	2.147.000
VIATURAS	Manutenção de uma frota de viaturas adequada às exigências das funções do ICP-ANACOM, com destaque para as missões de monitorização do espectro radioeléctrico.	530.000	335.000	480.000
EQUIPAMENTOS ADMINISTRATIVOS, MOBILIÁRIO E OUTROS	Assegurar a manutenção dos equipamentos administrativos, mobiliário, entre outros.	215.300	302.500	301.800
OBRAS DE ADAPTAÇÃO	Realização de obras em edifícios alugados com o objectivo de conservar, manter e adequar funcionalmente os espaços.	200.000	250.000	250.000
TOTAL		24.617.600	7.949.700	5.143.400

Unidade: Euros

PLANO FINANCEIRO

O Plano Financeiro 2004/2006, foi elaborado dentro do espírito de rigor prosseguido desde sempre por esta Autoridade, nele se englobando os valores adequados ao desenvolvimento das actividades planeadas por esta Autoridade para o período em apreciação.

No Plano de Proveitos e Ganhos merecem destaque os proveitos inerentes às taxas de utilização do espectro radioelétrico, às actividades de operador de redes públicas de telecomunicações e de prestador de serviços de telecomunicações de uso público, bem como os proveitos e ganhos financeiros.

As principais fontes de receita mencionadas decorrem da aplicação de tarifários específicos aprovados pela Tutela, tendo presente a necessidade de cobertura dos custos e investimento necessários às actividades do ICP-ANACOM.

Os proveitos financeiros estão associados à maior ou menor geração de excedentes de tesouraria, face aos desvios entre o realizado e o orçamentado, os quais são rentabilizados no mercado às taxas em vigor.

O Plano de Custos e Perdas tem como objectivo assegurar o desenvolvimento das actividades inerentes ao cumprimento das funções cometidas ao ICP-ANACOM, nomeadamente a fiscalização do espectro radioelétrico, a monitorização das obrigações das entidades concessionárias licenciadas e autorizadas para a prestação de serviços de comunicações, a representação do Estado Português, através da participação e organização de reuniões internacionais, o pagamento de quotizações a organismos internacionais de correios e telecomunicações e a assessoria ao Governo.

Paralelamente, esta Autoridade garante o apoio logístico à CPEC – Comissão de Planeamento de Emergência das Comunicações e FPC – Fundação

Portuguesa das Comunicações, bem como a contribuição para os projectos especiais de ordem social, no âmbito da sociedade de informação, que se enquadram nas Grandes Opções do Plano Nacional, de acordo com as orientações da Tutela, e o financiamento de projectos da responsabilidade da UMIC – Unidade de Missão e Inovação no âmbito do POSI.

As peças que constituem o Plano Financeiro do ICP-ANACOM para o triénio 2004/2006, são as seguintes:

- ❖ Plano de Proveitos e Ganhos
- ❖ Plano de Custos e Perdas
- ❖ Demonstração de Resultados
- ❖ Orçamento de Tesouraria
- ❖ Mapa de Origem e Aplicação de Fundos
- ❖ Balanços
- ❖ Cash-Flow e Cobertura do Investimento pelo Cash-Flow
- ❖ Demonstração dos Fluxos de Caixa

Plano de Proveitos e Ganhos 2004/2006

DESIGNAÇÃO	2004	2005	2006
LICENCIAMENTOS, ESPECTRO E OUT. TAXAS	71.880.000	72.899.900	74.702.200
Licenciamentos	104.100	106.400	108.200
Utilização do espectro - GSM + UMTS	59.893.200	60.731.700	62.250.000
Utilização do espectro - FWA	3.201.600	3.201.600	3.201.600
Utilização do espectro - outros	8.635.200	8.814.100	9.096.300
Outras Taxas	45.900	46.100	46.100
ENSAIOS	12.000	12.000	12.000
SERVIÇOS POSTAIS	142.000	175.000	208.000
SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	1.105.200	773.600	793.000
ACÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	30.000	30.000	30.000
CONCESSÕES DE EXPLORAÇÃO	26.700	27.100	27.500
PROVEITOS SUPLEMENTARES	12.000	12.000	12.000
SUBSÍDIOS UE	54.000	54.000	54.000
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	500.400	513.000	525.800
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	192.000	192.000	192.000
TOTAL	73.954.300	74.688.600	76.556.500

Unidade: Euros

Plano de Custos e Perdas 2004/2006

DESIGNAÇÃO	2004	2005	2006
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	12.972.200	13.332.600	13.669.500
Subcontratos			
Combustíveis	109.640	112.400	115.400
Livros e documentação técnica	435.900	446.800	457.900
Material de escritório	123.100	126.200	129.300
Rendas e alugueres	1.758.000	1.801.900	1.846.900
Despesas de representação	46.800	49.000	51.200
Comunicação	1.007.800	1.033.600	1.060.000
Seguros	143.200	146.700	150.300
Deslocações e estadas	1.013.000	1.030.600	1.056.400
Conservação e reparação	2.691.700	2.799.200	2.869.200
Publicidade e propaganda	1.359.960	1.394.000	1.428.800
Custos comuns aos edifícios	1.054.900	1.082.200	1.110.300
Trabalhos especializados	2.517.100	2.580.900	2.646.500
Outros fornecimentos e serviços	711.100	729.100	747.300
IMPOSTOS	40.800	41.800	42.200
CUSTOS COM O PESSOAL	20.353.000	21.876.200	23.517.700
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	10.147.300	9.664.700	9.914.400
Quotizações	1.185.600	1.215.300	1.245.600
Reuniões e conferências	323.500	331.600	339.900
Cooperação	412.400	422.700	433.300
CPCE	279.600	292.700	306.500
Contribuição para a Fund. P. das Comunicações	1.246.200	1.357.900	1.479.700
Protocolos	5.950.000	5.450.000	5.500.000
Patrocínios/Prémios em concursos	580.000	594.500	609.400
Outros custos e perdas operacionais	170.000	0	0
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	4.800.000	4.555.100	4.077.000
PROVISÕES DO EXERCÍCIO	960.000	984.000	1.008.600
CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS	30.000	30.900	31.800
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	78.000	79.700	81.400
TOTAL	49.381.300	50.565.000	52.342.600

Demonstração de Resultados 2004/2006

DESIGNAÇÃO	2004	2005	2006
PROVEITOS E GANHOS			
Licenciamentos	104.100	106.400	108.200
Utilização do espectro - GSM + UMTS	59.893.200	60.731.700	62.250.000
Utilização do espectro - FWA	3.201.600	3.201.600	3.201.600
Utilização do espectro - Outras	8.635.200	8.814.100	9.096.300
Outras Taxas	45.900	46.100	46.100
Ensaio	12.000	12.000	12.000
Serviços Postais	142.000	175.000	208.000
Serviços de telecomunicações	1.105.200	773.600	793.000
Acções de fiscalização	30.000	30.000	30.000
Concessões de exploração	26.700	27.100	27.500
Proveitos suplementares	12.000	12.000	12.000
Subsídios UE	54.000	54.000	54.000
Proveitos e ganhos financeiros	500.400	513.000	525.800
Proveitos e ganhos extraordinários	192.000	192.000	192.000
TOTAL DOS PROVEITOS	73.954.300	74.688.600	76.556.500
CUSTOS E PERDAS			
Fornecimentos e serviços externos	12.972.200	13.332.600	13.669.500
Impostos	40.800	41.800	42.200
Pessoal	20.353.000	21.876.200	23.517.700
Outros custos operacionais	10.147.300	9.664.700	9.914.400
Amortizações do exercício	4.800.000	4.555.100	4.077.000
Provisões do exercício	960.000	984.000	1.008.600
Custos e perdas financeiros	30.000	30.900	31.800
Custos e perdas extraordinários	78.000	79.700	81.400
TOTAL DOS CUSTOS	49.381.300	50.565.000	52.342.600
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	24.573.000	24.123.600	24.213.900

Unidade: Euros

Orçamentos de Tesouraria 2004/2006

DESIGNAÇÃO	2004	2005	2006
SALDO DO ANO ANTERIOR	50.295.000	55.206.800	76.093.900
RECEBIMENTOS			
Proveitos de exploração	72.340.300	73.038.000	74.868.500
Proveitos e ganhos financeiros	500.400	513.000	525.800
TOTAL DOS RECEBIMENTOS	72.840.700	73.551.000	75.394.300
PAGAMENTOS			
Investimento	24.617.600	7.949.700	5.143.400
Exploração	43.311.300	44.714.200	46.943.600
TOTAL DOS PAGAMENTOS	67.928.900	52.663.900	52.087.000
DISPONIBILIDADES	55.206.800	76.093.900	99.401.200

Unidade: Euros

Mapas de Origem e Aplicação de Fundos 2004/2006

DESIGNAÇÃO	2004	2005	2006
ORIGENS			
Amortizações	4.800.000	4.555.100	4.077.000
Provisões do exercício	960.000	984.000	1.008.600
Resultado líquido do exercício	24.573.000	24.123.600	24.213.900
TOTAL DAS ORIGENS	30.333.000	29.662.700	29.299.500
APLICAÇÕES			
Investimento em imobilizações corpóreas	24.417.600	7.699.700	4.893.400
Aumento do fundo de maneiio	5.915.400	21.963.000	24.406.100
TOTAL DAS APLICAÇÕES	30.333.000	29.662.700	29.299.500
AUMENTO LÍQUIDO DO FUNDO DE MANEIO			
Aumento/(redução) do activo líquido			
. Caixa e depósitos à ordem	4.911.800	20.887.100	23.307.300
. Dívidas de terceiros e diferimentos	-9.540.000	1.084.000	1.108.600
(Aumento)/redução do passivo corrente			
. Dívidas a terceiros e diferimentos	10.543.600	-8.100	-9.800
VARIAÇÃO LÍQUIDA	5.915.400	21.963.000	24.406.100

Unidade: Euros

Balanços 2004/2006

DESIGNAÇÃO	2004	2005	2006
ACTIVO			
Imobilizado	40.645.600	43.790.200	44.606.600
Dívidas de terceiros (líquidas)	1.500.000	1.550.000	1.600.000
Depósitos bancários e caixa	55.206.800	76.093.900	99.401.200
Acréscimos e diferimentos	4.500.000	4.550.000	4.600.000
TOTAL DO ACTIVO	101.852.400	125.984.100	150.207.800
PASSIVO			
Dívidas a terceiros	3.756.400	3.714.500	3.674.300
Acréscimos e diferimentos	2.200.000	2.250.000	2.300.000
TOTAL DO PASSIVO	5.956.400	5.964.500	5.974.300
CAPITAL PRÓPRIO	95.896.000	120.019.600	144.233.500
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL PRÓPRIO	101.852.400	125.984.100	150.207.800

Unidade: Euros

Cash Flow 2004/2006

DESIGNAÇÃO	2004	2005	2006
RESULTADOS LÍQUIDOS	24.573.000	24.123.600	24.213.900
AMORTIZAÇÕES	4.800.000	4.555.100	4.077.000
PROVISÕES	960.000	984.000	1.008.600
TOTAL DE FUNDOS LIBERTOS	30.333.000	29.662.700	29.299.500
VARIAÇÃO DE PROVISÃO	960.000	984.000	1.008.600
CASH FLOW	29.373.000	28.678.700	28.290.900

Cobertura do Investimento

DESIGNAÇÃO	2004	2005	2006
CASH FLOW LÍQUIDO	29.373.000	28.678.700	28.290.900
INVESTIMENTO	24.417.600	7.699.700	4.893.400
AUTOFINANCIAMENTO	120%	372%	578%

Unidade: Euros

Demonstração dos Fluxos de Caixa 2004/2006

DESIGNAÇÃO	2003	2004	2005
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes	72.235.900	72.933.600	74.764.100
Pagamentos a fornecedores	-12.922.200	-13.332.600	-13.669.500
Pagamentos ao pessoal	-20.353.000	-21.876.200	-23.517.700
Fluxos gerados pelas operações	38.960.700	37.724.800	37.576.900
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	-10.206.100	-9.725.400	-9.976.400
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	-10.206.100	-9.725.400	-9.976.400
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias			
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-18.000	-18.000	-18.000
Fluxos gerados pelas rubricas extraordinárias	-18.000	-18.000	-18.000
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	28.736.600	27.981.400	27.582.500
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Alienação de Imobilizações corpóreas	38.400	38.400	38.400
Juros e proveitos similares	500.400	513.000	525.800
	538.800	551.400	564.200
Pagamentos respeitantes a:			
Imobilizações corpóreas	-24.417.600	-7.699.700	-4.893.400
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	-23.878.800	-7.148.300	-4.329.200
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de Subsídios à exploração:	54.000	54.000	54.000
FLUXOS DA ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO	54.000	54.000	54.000
Varição de caixa e seus equivalentes	4.911.800	20.887.100	23.307.300
Caixa e seus equivalentes no início do período	50.295.000	55.206.800	76.093.900
Caixa e seus equivalentes no fim do período	55.206.800	76.093.900	99.401.200

Unidade: Euros

